

DA GARGANTA DO DIABO À CIDADE DE DEUS: TRAJETOS DE UMA ETNOGRAFIA ENTRE A ANTROPOLOGIA E A PESQUISA-AÇÃO

Renata da Silva Melo¹

Introdução

“Acho que vocês sentiram que tomaram um pé na bunda”. Depois dessa frase segue-se uma série de folhas em branco no meu diário de anotações. Aquele 2 de maio de 2016 marcava não apenas o fim de um trabalho de campo como também a transformação da relação entre um grupo de moradores de uma favela carioca e pesquisadoras-extensionistas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O encontro entre eles se deu a partir de um projeto de extensão da UFRJ que teve como objetivo apoiar o jornal comunitário *A notícia por quem vive*, produzido desde 2010 por moradores da Cidade de Deus, favela da Zona Oeste do Rio de Janeiro. Como participante do projeto eu exercia uma dupla função: integrante da equipe de assessoria ao jornal, com atividades específicas a cumprir a partir do vínculo com a universidade, e ao mesmo tempo antropóloga dedicada à realização de uma etnografia para minha dissertação de mestrado². Embora não fosse declaradamente uma pesquisa sobre ou a partir da antropologia pública, há muitas conexões possíveis com esse tipo de perspectiva, que:

emphasizes the anthropologist's role as an engaged intellectual. It continues anthropology's commitment to being an ethnographic witness, to describing, in human terms how life is lived beyond the borders of many readers' experiences. But it also adds a commitment, through ethnography, to reframing the terms of public debates – transforming received, accepted understandings of social issues with new insights, new framings – and fostering social and political change that benefits others, especially those anthropologists work with (Borofsky e De Lauri, 2019: 6).

¹ Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: renatamelo@poli.ufrj.br
ORCID id: <https://orcid.org/0000-0001-5698-1379>

² Aproveito este espaço para agradecer à professora Julia O'Donnell pelas orientações que tornaram possível o aprofundamento na pesquisa ao longo do mestrado.

Partindo desse lugar de *testemunha etnográfica e intelectual engajada*, como descrito acima, pude acompanhar uma experiência que pode ser considerada emblemática para a reflexão sobre práticas acadêmicas que visam ultrapassar os muros da universidade a partir da realização de ações conjuntas com setores mais amplos da sociedade diretamente afetados por temas caros aos estudos antropológicos, como a desigualdade social, o racismo e a violência. O caso de *A notícia por quem vive* é paradigmático para esta discussão não somente por seu desfecho, o “pé na bunda” que abre este artigo e que representou um rompimento por parte de comunicadores comunitários de uma favela com pesquisadores universitários, mas também por sua história marcada por mais de 6 anos de intensa relação entre esses dois grupos.

É sobre essa interação que se deterá este artigo a fim de discutir alguns dos limites e potencialidades nas relações contemporâneas entre universidade e atores engajados em espaços de mobilização social. Com isso, o objetivo é contribuir também para reflexões sobre alguns dos desafios e dilemas que podem envolver o exercício de uma antropologia pública enquanto prática articulada com as noções de extensão e pesquisa-ação. Para tanto, será preciso entender como se deu o encontro entre os dois grupos que vieram a se envolver com o jornal *A notícia por quem vive* para que possamos, então, refletir sobre o processo de ruptura entre eles e alguns de seus significados.

A notícia por quem vive

A notícia por quem vive é um dos 118 meios de comunicação identificados como alternativos, comunitários e/ou populares da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em pesquisa realizada pelo Observatório de favelas (Braga, Ansel & et al, 2014). Trata-se de um jornal que nasceu em 2010 como fruto do trabalho final de um curso de comunicação comunitária organizado na Cidade de Deus por um grupo de pesquisa e extensão, o Soltec, Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ, um programa interdisciplinar que reúne pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Mas para entendermos a história do jornal é preciso voltar dois anos antes, em 2008, quando um pesquisador do Soltec buscou se aproximar de um grupo de moradores da Cidade de Deus para entrevistá-los para uma pesquisa sobre Organizações Sociais de Base Comunitária, que são pequenas organizações não governamentais envolvidas com projetos locais relacionados à

educação, arte, geração de renda, entre outros. Uma dessas organizações era o grupo de teatro Raiz da Liberdade, do qual fazia parte Cilene, que dois anos depois veio a participar da criação do jornal *A notícia por quem vive*. O relato a seguir retrata algumas das impressões dela sobre o encontro com o pesquisador:

Em 2008, ele [o pesquisador da UFRJ] quis entrevistar a gente. A gente já tava por aqui, sabe? [gesto com a mão sobre a testa expressando ter chegado ao limite de uma situação]. Sentamos ali na praça, os quatro encarando ele. O grupo de teatro era só negão. E ele, coitado... aquele monte de negão encarando aquele branquelo... [risos]. A gente olhou fundo no olho dele e disse: você vai ser mais um na estatística que vai enganar a gente (Cilene, integrante do jornal *A notícia por quem vive*, anotações do diário de campo).

Como se vê, havia uma postura de desconfiança com relação à universidade, representada ali por um pesquisador homem e branco. Esse tipo de reação não é algo novo. No clássico “A invenção da favela: do mito de origem a favela.com”, Lícia do Prado Valladares (2005: 15) já relatava que em meados dos anos 1960 “havia uma desconfiança quanto a nossas boas intenções em coletar informações”. Alba Zaluar também descreve esse tipo de recepção no início de seu trabalho de campo na Cidade de Deus, em 1980:

Estivesse ou não acompanhada, fui ora recebida com desconfiança, como jornalista interessada em difamar o local, ora com esperança, como uma enviada do governo que antecederia os sacos de feijão e arroz que o governo iria mandar para as famílias mais pobres. A desconfiança se explicava pelo fato de que o conjunto sofria um processo de estigmatização pela imprensa. Eles temiam que eu também estivesse à cata de estórias sensacionalistas para contar e me perguntavam, cheios de dignidade e indignação, se eu também ia explorar a miséria do povo (Zaluar, 1994: 14)

No início dos anos 2000, as questões apontadas por Zaluar se somaram a um contexto em que a Cidade de Deus ficou conhecida internacionalmente a partir de filme homônimo, que chegou a ser indicado ao Oscar. Tendo sido lançado em 2002, o filme até hoje segue gerando debates. A fama atraiu diversos pesquisadores e projetos sociais para a Cidade de Deus e junto com eles muitos questionamentos aos tipos de representação de favela expressa no filme (Bentes, 2003) e às formas de relação estabelecidas com moradores de favela, muitos dos quais, assim como Cilene, se sentiam usados e enganados.

Apesar da recepção inicialmente intimidadora, o pesquisador foi bem-sucedido na sua aproximação e realizou sua pesquisa com a condição de que buscaria dar algum tipo de devolutiva. Isso porque uma das principais reclamações era que muitos pesquisadores não davam qualquer tipo de satisfação após a conclusão de seus trabalhos acadêmicos, questionamento que já ouvi com alguma frequência em reuniões e conversas informais das quais participei em outras favelas cariocas, como Manguinhos, Maré e Santa Marta, onde também tive oportunidade de realizar trabalhos de pesquisa e extensão. O retorno veio a se materializar não apenas na apresentação dos resultados da pesquisa para aqueles que dela participaram, mas também na criação de um site, chamado *Portal comunitário da Cidade de Deus*, que era voltado para a divulgação das ações realizadas pelas organizações pesquisadas³.

A relação entre o grupo da universidade e o de moradores veio a se aprofundar com a realização do curso de extensão “Análise crítica dos meios de comunicação”, organizado pelo Soltec em 2010. Embora fosse aberto ao público, o curso teve como objetivo inicial a formação das pessoas envolvidas com o Portal e o suporte àqueles que tinham dificuldades com a produção escrita. Neste curso foram produzidos textos que, inicialmente, seriam publicados no site, mas o desejo por um produto mais palpável levou à criação de um jornal impresso chamado *A notícia por quem vive*.

O que era inicialmente apenas um trabalho de final de curso acabou se convertendo em uma experiência duradoura, prolongando por mais seis anos uma intensa relação entre a UFRJ e aquele grupo de moradores. Cabia a estes últimos a produção do conteúdo do jornal (textos, charges, fotografias), vindo daí o nome *A notícia por quem vive*, que traz em si uma provocação. Com este nome buscava-se demarcar uma produção de narrativas vindas desde “dentro”, o que, no caso do jornal, significava uma produção de informação por moradores da Cidade de Deus que, como eles próprios diziam, estavam cansados da forma como eram representados pela “grande mídia”.

Mas para a concretização desse projeto era preciso também haver diagramadores, revisores, captação de recursos para impressão, entre outras questões, e foi a partir dessa demanda que o Soltec seguiu participando da construção do jornal por meio de um projeto de extensão da UFRJ cuja principal inspiração metodológica era a chamada pesquisa-ação, conhecida também como metodologia participativa e que pode ser definida como:

³ O *Portal comunitário da Cidade de Deus* pode ser acessado neste endereço: <https://cidadedededeus.org.br/>. Acessado em 31/01/2021.

Um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a solução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo (Thiollent, 2005:16).

Tendo sido coordenado por cientistas sociais e jornalistas, o projeto também tinha como base perspectivas antropológicas a partir da realização de grupos de estudos que refletiam sobre etnografia, trabalho de campo e comunicação comunitária. A equipe era formada geralmente por uma média de 5 pessoas, sempre mulheres, entre estudantes de graduação e pós-graduação, que tinham como prática a elaboração de diários de campo ao final das reuniões do jornal na Cidade de Deus. Esses diários eram escritos em um arquivo compartilhado, no qual cada participante relatava suas impressões dos encontros com os moradores, se configurando em uma interessante ferramenta para a produção coletiva de conhecimento. A partir dessa dinâmica foram escritos diversos trabalhos sobre o caso do jornal, desde artigos até monografias e dissertações⁴.

A notícia por quem vive tinha uma periodicidade irregular, o que se devia muitas vezes às dificuldades para angariação de fundos para a impressão, que se davam a partir de diferentes fontes, como editais, financiamento coletivo, recursos de projetos da universidade e parceria com instituições. Na era do digital, imprimir não era um capricho, mas uma forma de ter “a própria história nas mãos”, como disse certa vez uma das integrantes do jornal. Tendo sua última edição lançada em julho de 2017, *A notícia por quem vive* soma um total de 14 edições impressas ao longo de sua história. Desde 2013, o jornal conta também com uma página no Facebook por onde segue compartilhando conteúdo online⁵.

A publicação tinha um padrão de 16 páginas e tiragem de três mil exemplares, uma baixa circulação se pensarmos que, em 2010, a Cidade de Deus contava com uma população de cerca de 60.000 pessoas, de acordo com dados do IETS (Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade). Dessa enorme heterogeneidade, uma média de 10 moradores

⁴ Em geral, esses trabalhos tinham como foco a noção de comunicação comunitária a partir da análise do jornal. Uma lista das publicações acadêmicas realizadas sobre *A notícia por quem vive* foi disponibilizada no site do Soltec em página dedicada ao projeto realizado na Cidade de Deus: <https://nides.ufrj.br/index.php/projetos-soltec/comunicacao-comunitaria>. Acesso em: 31/01/2021.

⁵ Disponível neste endereço: https://www.facebook.com/cddvivejornal/?ref=page_internal. Acesso em 29/01/2021.

de diferentes partes da Cidade de Deus integravam *A notícia por quem vive*, número que variava ao longo da história do jornal e que envolvia diferentes níveis de participação.

O grupo de moradores era composto, em sua maioria, por mulheres na faixa dos 40 aos 60 anos e com diferentes graus de escolaridade⁶. De modo geral, mesmo aqueles que acessaram a universidade apresentavam algumas dificuldades e inseguranças relacionadas à produção escrita, sendo por isso considerado importante o trabalho de revisão realizado pelo Soltec. Em 2015 o jornal passou a contar com a participação de dois jovens moradores da Cidade de Deus, uma mulher e um rapaz, que eram estudantes nos cursos de jornalismo e desenho industrial em universidades públicas do Rio de Janeiro. Este conjunto de moradores atuava de forma voluntária, não recebendo nenhuma remuneração pela atuação no jornal.

Vindos de favelas cariocas hoje extintas⁷ ou como migrantes do Nordeste brasileiro, os moradores mais velhos que integravam o jornal chegaram à Cidade de Deus no início de sua existência, em meados de 1960, quando o espaço recebia seus primeiros habitantes como consequência de um forte processo de remoção ocorrido na cidade neste período em que foram transferidas pessoas de um total de 63 diferentes favelas do Rio de Janeiro (Zaluar, 2007). A Cidade de Deus recebeu também inúmeras vítimas das enchentes que tomaram a cidade naquele momento, deixando milhares de famílias desabrigadas. A vinda em caminhões de lixo foi um marco nesse processo, o que era frequentemente lembrado na luta por direitos na Cidade de Deus com a qual os integrantes do jornal eram fortemente engajados. Além do jornal, eles também atuavam em outros espaços de articulação local, como ONGs, pré-vestibular comunitário, coletivos culturais, entre outros. Consequentemente, esse perfil refletia no conteúdo de *A notícia por quem vive*. Como ilustram duas de suas capas a seguir, eram abordados temas como a luta por direitos, pela liberdade de expressão, oportunidades de emprego, cursos de qualificação, questões de segurança pública, projetos culturais, entre outros.

⁶ A maioria dos moradores membros do jornal não estudou ou trabalhou com jornalismo antes do Portal e de *A notícia por quem vive*. Duas pessoas do grupo eram formadas em pedagogia, uma em psicologia e outra em serviço social, com pós-graduação em educação. Dentre os demais integrantes, uma concluiu o segundo grau técnico e outra o segundo grau em um supletivo. Uma das integrantes foi bolsista de graduação da PUC-Rio por critérios socioeconômicos, tendo estudado gratuitamente na universidade, que é privada.

⁷ Como, por exemplo, a favela Macedo Sobrinho e a Favela do Pinto, que eram ambas na Zona Sul do Rio de Janeiro, e a Favela do Esqueleto, na Zona Norte da cidade.

Da Garganta do Diabo à Cidade de Deus: Trajetos de uma etnografia entre a antropologia e a pesquisa-ação



Figura 1: A notícia por quem vive. ANO I, Edição I.



Figura 2: A notícia por quem vive. ANO V, Edição 10

Metodologias em perspectiva

A produção do jornal envolvia a realização de reuniões que aconteciam em um espaço disponibilizado por uma organização local parceira, a Asvi, Associação Semente

145

da Vida da Cidade de Deus, localizada em uma região da Cidade de Deus considerada central, próxima a sua avenida principal, a Edgard Werneck. Nessas reuniões era decidido o conteúdo de cada edição com base em propostas dos moradores a partir de situações vivenciadas ou observadas em seus cotidianos. O projeto novo da organização da qual um membro fazia parte, uma situação que alguém testemunhou e gostaria de discutir, o curso que outro participante tinha interesse em divulgar, o hospital onde um familiar foi mal atendido, um amigo ou personagem famoso na Cidade de Deus, qualquer um desses temas poderia vir a ser conteúdo do jornal, em uma dinâmica em que as dimensões casa-rua-família-trabalho se misturavam gerando matéria-prima para a chamada *notícia por quem vive*. Após selecionados os temas, o conteúdo era produzido pelos moradores para, então, ser revisado e diagramado pelos integrantes do projeto universitário.

As reuniões aconteciam geralmente aos sábados de manhã e contavam com a participação dos moradores e dos participantes do projeto de extensão, sempre esperados com uma mesa de café e biscoitos. Não se tratava apenas de encontros para discussão de pauta ou de questões específicas e práticas sobre o jornal, mas um espaço para se falar da vida em seus diversos aspectos subjetivos, o que envolve “um conjunto de modos de percepção, afeto, pensamento, desejo, medo e assim por diante, que animam os sujeitos atuantes” (Ortner, 2007: 376). As reuniões eram, portanto, um espaço riquíssimo de troca entre pessoas que acabaram construindo relações afetivas e que a partir daí compartilhavam conquistas, dificuldades, sonhos, memórias.

O encontro entre os dois grupos era uma das grandes potencialidades do projeto, que ao longo de sua trajetória chegou a receber três menções honrosas do Congresso de Extensão da UFRJ. De um lado havia moradores com um enorme acúmulo de vivência naquele território e dispostos a criarem narrativas a partir desse lugar, de outro tínhamos estudantes que destoavam de um certo padrão mais privilegiado que por décadas vigorou nas universidades públicas brasileiras. As pessoas que passaram pelo projeto de extensão eram de diferentes origens sociais, mas ao mesmo tempo tinham em comum o fato de virem de regiões consideradas periféricas no Rio de Janeiro, como Campo Grande, Nova Iguaçu, Ilha do Governador, Caxias, Méier, Penha, favelas da Zona Sul, o que, em parte, era reflexo das políticas de democratização/expansão do ensino superior que vinham mudando a “cara” das universidades brasileiras ao longo dos anos 2000⁸. É no ano de

⁸ Digo em parte porque é importante considerar que nem todas as integrantes do projeto de extensão eram de origem pobre ou público-alvo dessas políticas de democratização do ensino superior.

2010, que coincide com o início do projeto do Soltec na Cidade de Deus, que a UFRJ começou a adotar o sistema de cotas, o que visivelmente passou a diversificar seu perfil de alunos.

As reuniões eram reveladoras do papel fundamental que a extensão universitária tem de promover uma “interação transformadora entre universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012: 28), o que se relaciona diretamente com a ideia de “interação dialógica”, uma das cinco diretrizes sistematizadas pelo Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras em uma Política Nacional de Extensão Universitária (2012).

Não é raro, no entanto, ouvir discursos que enfatizam a importância da universidade “levar conhecimento” para além de seus muros, sem considerar que esse processo é uma via de mão dupla. Trata-se de algo fundamental para a formação não apenas de quem está fora, mas também de quem está dentro da universidade, como já discutido por Paulo Freire (2017). Para o autor, o próprio termo *extensão* deveria ser objeto de problematização por trazer como sentido subjacente a ideia de *estender* algo a alguém, em via única. Por essa razão, ele defende a ideia de comunicação, reconhecendo nela uma forma mais dialógica de interação.

De acordo com a perspectiva freireana, a extensão deve ser pensada fundamentalmente como uma relação e não apenas como um tipo de suporte técnico ou disponibilização de determinado conteúdo ou produto - a partir da criação de um site, do apoio à produção escrita, da diagramação de imagens de um jornal ou da realização de um curso de extensão - se tomarmos como exemplo o próprio caso de *A notícia por quem vive*.

A experiência do jornal evidencia como as relações construídas em torno da extensão universitária podem ser provocadoras de reflexões e reformulações sobre a cidade e suas múltiplas identidades, contribuindo amplamente para o campo da antropologia urbana. Para me debruçar sobre esse tema a partir do jornal, a proximidade foi certamente um importante facilitador. Eu já vinha atuando no projeto desde 2010, inspirada pela perspectiva da metodologia da pesquisa-ação, exercendo o papel de jornalista a fim de contribuir para a “solução de um problema coletivo”, como preconizado por Thiollent (2005: 16). Mas “observar o familiar” (Velho, 1980) também foi um desafio. Como discutido por Gilberto Velho (1980), o familiar, aquele que faz parte do nosso cotidiano, que sempre vemos e encontramos, não é necessariamente

conhecido. Diante disso, refletir sobre um grupo com o qual já se tem uma experiência preexistente demanda a absorção de categorias analíticas capazes de renomear e reformular o que já é conhecido (Narayan, 1993).

Frente a esse desafio, uma primeira questão que se colocou foi: quem era, afinal, o familiar a que eu estava me dispondo a observar? Em um primeiro momento me voltei para os moradores da Cidade de Deus de modo quase automático, excluindo a mim e as minhas colegas da universidade da reflexão.

A atuação no projeto era pautada em perspectivas horizontais, não hierárquicas de relação e motivada pela constante busca pela colaboração e troca entre todos os participantes. Mas na hora de escrever e de refletir academicamente sobre a experiência, o foco era sempre por entender a importância do jornal para *eles*, “pesquisados”, nunca para *nós* estudantes, para *mim*, pesquisadora, o que me impedia de olhar para uma das dimensões mais relevantes do jornal, que eram justamente as relações que ele promovia.

O entendimento de que eu não falava de uma posição de fora, mas que estava implicada no universo de relações do jornal redefiniu meu olhar sobre a experiência em campo e até mesmo minha questão de pesquisa. A partir dessa compreensão, passei a ser parte do meu próprio objeto de análise, na medida em que meus “nativos” agora não eram somente os moradores da Cidade de Deus que integravam o jornal, mas também aqueles que faziam parte do projeto da universidade.

O diálogo com perspectivas antropológicas foi fundamental para essa compreensão, revelando como a articulação teórica e metodológica entre antropologia e pesquisa-ação pode ser profícua para ambos os lados. Isso porque a partir daí é possível abrir caminhos para a realização de ações que contribuam para um olhar “de perto e de dentro” (Magnani, 2002) sobre diversas questões sociais. A seguir apontarei algumas delas provocadas pela experiência de *A notícia por quem vive*.

Do morro à favela

Partindo de um olhar sobre localidades como algo “mais relacional e contextual do que escalar ou espacial”, Arjun Appadurai (1996: 237) propõe que pensemos o local como algo produzido, isto é, como “propriedade fenomenológica da vida social, uma estrutura de sentimento produzida por determinadas formas de atividade intencional e que

produz certos tipos de efeito material” (Ibidem). Tendo em vista essa concepção, é interessante notar como essa dimensão construída da localidade se manifestava a partir de *A notícia por quem vive*. Para essa reflexão, considero especialmente simbólica a fala de uma das moradoras da Cidade de Deus integrante do jornal que, ao se apresentar em um evento de comunicação comunitária ocorrido em outra favela, na Maré, afirmou: “me descobri como moradora a partir do jornal. A partir dele achei minha voz como negra, favelada e LGBT⁹”.

A ideia de *descobrir* ser algo que supostamente já se era é em si intrigante. Morar em um lugar não seria o suficiente para se sentir morador? Especialmente vindo de alguém que vive no local desde a infância? Parece que não, quando a ideia de morar vem acompanhada da afirmação de uma identidade “favelada” em associação com outras formas de identificação estigmatizadas, “negra”, “LGBT”. Ou seja, não falamos de identidades que carregam uma “essência” em si, mas que são construídas em relação *a* e a partir *de* algum lugar, neste caso do jornal, como dito pela integrante de *A notícia por quem vive*. O jornal era, assim, construtor de relações e de identificações com localidades e das próprias concepções do indivíduo sobre si, devendo por isso ser pensado a partir de uma compreensão das “identidades como não sendo determinadas nem fixas, mas construídas socialmente, modeladas e ressignificadas em cada espaço e tempo” (Pêpe e Santos, 2013: 1).

Se o jornal era um espaço de ressignificação da relação dos moradores com a favela e com a universidade, ele representava também para as estudantes uma outra forma de olhar para elas próprias, de experienciar a cidade e a vida acadêmica. É possível perceber isso no depoimento a seguir de uma das estudantes que integrou o grupo universitário e que, ao se desvincular dele, escreveu uma carta de despedida, de onde foi retirado o seguinte trecho:

Conheci o Soltec por meio de uma amiga minha da faculdade, por ela soube da vaga para bolsista do projeto de comunicação comunitária. Nessa época eu passava por muitas dúvidas em relação ao jornalismo, como por exemplo: "Eu tenho que estagiar na Globo para ser "respeitada" como profissional futuramente?", "Mas se eu não quiser?", "O que eu estou fazendo da minha vida?", "Por que estou fazendo jornalismo?" Entrar em contato com a Cidade de Deus e com o Soltec foi uma das melhores decisões que eu pude tomar naquele momento. Conhecer mais da Cidade de Deus, conhecer os membros do jornal, ouvir mais do que falar, foi uma experiência muito positiva. Sinto muito orgulho de poder ter participado por um ano do projeto, sempre que tenho oportunidade falo do jornal para as pessoas. Hoje já posso vislumbrar

⁹ A sigla faz referência às Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT).

que a comunicação pode ser para todos, e essa constatação me deixa muito esperançosa, me dá forças para seguir nessa profissão. Após um ano vejo que o saldo foi muito positivo, hoje me conheço melhor. Conheço melhor a Cidade de Deus (que muitas vezes me sentia como se estivesse no meu bairro), e o mais importante de tudo, conheço melhor vocês, comunicadoras comunitárias (somos na maioria mulheres e eu fico muito feliz por isso) (Clara, ex-bolsista do Soltec-UFRJ).¹⁰

Neste depoimento vemos como a participação no projeto significou para a estudante não só a abertura a outras perspectivas profissionais, como também um processo de reflexividade. As frases “hoje me conheço melhor”, “conheço melhor a Cidade de Deus (que muitas vezes me sentia como se estivesse no meu bairro)” apontam para a ressignificação de certas fronteiras. A autora da carta era moradora da Abolição, na Zona Norte do Rio de Janeiro, um lugar relativamente distante da Cidade de Deus, localizada na Zona Oeste. Ela costumava dizer que seu “mundo se parecia mais com a CDD (Cidade de Deus) do que com a Urca”, onde ficava o campus da UFRJ em que ela estudava, na Zona Sul, região associada ao longo da história do Rio de Janeiro a símbolos como cosmopolitismo, modernidade, sofisticação, entre outras formas de distinção (Velho, 1973; O'Donnell, 2011).

No mapa simbólico e afetivo da estudante, a sua Zona Norte se parecia com a Cidade de Deus, a fazendo se sentir no seu próprio bairro, tanto por questões materiais, acesso limitado a direitos e serviços básicos, como por outras mais subjetivas relacionadas aos modos de sociabilidade e ao tipo de paisagem local. A circulação por diferentes mundos dentro da heterogeneidade da cidade a fez refletir sobre seu próprio território de partida a partir da identificação de contrastes e familiaridades.

Esse foi um processo vivido e compartilhado por outras integrantes do projeto, inclusive por mim. Eu era estudante de graduação quando pisei pela primeira vez na Cidade de Deus, em 2010, para participar da organização do curso que deu origem ao jornal, e me surpreendi com aquela favela plana que, diferente do que habitava meu imaginário, não se localizava em morros. Na Cidade de Deus “95% de seus domicílios estão em locais sem declividade. Desses, 64% estão localizados em ruas, 21% em vielas, 5% em becos e 10% em outros locais” (Corrêa, 2015: 29). A caminhada por suas ruas trazia uma série de imagens que se conectavam com o lugar de onde eu vinha, Nova Iguaçu, cidade da Baixada Fluminense do Rio de Janeiro.

¹⁰ Foi pedida autorização para a autora da carta, que concordou com a sua inclusão na pesquisa que deu origem a este artigo.

O caminho para as reuniões do jornal era povoado por conversas nos portões, gente varrendo a calçada, baixando a poeira da rua com uma mangueira, crianças brincando nas ruas, músicas que ecoavam das casas e que eu reconhecia bem: funk, pagode, gospel. Meu mundo também se parecia, em alguma medida, com a CDD.

Aquele era um momento de relativa “tranquilidade”, como alguns moradores diziam. Em 2010, a Cidade de Deus fazia parte do grupo de favelas cariocas ocupadas pela UPP (Unidades de Polícia Pacificadora) e, embora continuassem ocorrendo mortes violentas e o tráfico de drogas permanecesse presente, houve uma queda significativa nos índices criminais após a ocupação da polícia no local, o que, como sabemos, não se sustentaria por muito tempo.

Com a descrição das minhas primeiras impressões ao chegar em campo, meu objetivo não é sugerir que haveria uma “essência suburbana” que uniria Cidade de Deus a outras regiões periféricas do Rio de Janeiro. A ideia é, na verdade, refletir sobre como certas familiaridades e estranhamentos vão tecendo nossas relações com os lugares e como a universidade pode ter papel fundamental na forma como nos relacionamos com o espaço, seja a partir da sala de aula, seja a partir da circulação pela cidade por meio da atuação em projetos, como os de extensão, por exemplo.

No meu caso, esse processo foi essencial para a reflexão sobre a noção de favela, que se colocava como central no projeto e na minha etnografia. Em um primeiro momento foi importante entender que minha expectativa de que a favela se apresentasse geograficamente como morro tinha relação não apenas com as inúmeras representações midiáticas, literárias, cinematográficas, entre outras, que me levaram a imaginá-la como tal, como também com uma questão histórica. Afinal, “no Rio existe uma associação entre os termos ‘favela’ e ‘morro’ desde o início do século XX, época do surgimento das primeiras favelas. As duas denominações são, portanto, utilizadas como sinônimos há muito tempo” (Valladares, 2005: 33).

Mas o que, afinal, definiria uma favela? Vivendo em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, cheguei a morar em um morro chamado Garganta do Diabo, com muitas das características comumente associadas a uma favela, mas que nem por isso era designado como tal. Diante disso, eu costumava me perguntar: quantas outras Gargantas do Diabo haveria em meio às paisagens que eu acompanhava pelas janelas dos transportes públicos naquele caminho de cerca de 2 horas entre Nova Iguaçu e Cidade de Deus? Essa questão me acompanhava sempre nesses trajetos e me motivava a refletir sobre a favela como

questão antropológica e, mais tarde, sobre a Baixada e a periferia como categorias mais amplas. Foi fundamental, então, considerar que:

as características que tradicionalmente definiram as favelas cariocas – ilegalidade do solo, precariedade de infra-estrutura, concentração da pobreza extrema da cidade – já não dão conta da diversidade de realidades que o termo favela nomeia (do ponto de vista legal ou urbanístico) (Cavalcanti, 2009: 70).

Se uma lista de características e dados objetivos não era suficiente para definir e identificar uma favela, era preciso, então, olhar para a dimensão simbólica desse processo de nomeação, levando em consideração “a historicidade da favela como forma social e espacial (...), como processo espaço-temporal, atravessado por relações de poder que se (re)produzem em diversas escalas” (Cavalcanti, 2009: 71).

Considerando que a identificação de um lugar passa também pela construção de determinados imaginários sociais, eu me encontrava em um espaço bastante propício para essa reflexão: um jornal comunitário, espaço de produção de narrativas sobre a favela a partir de seus moradores por meio de uma dinâmica de constante negociação de sentidos sobre esse tema. Naquele momento, essa constatação foi fundamental para a ressignificação da minha forma de pensar a cidade, me encaminhando para os estudos no campo da antropologia urbana.

Atualmente como doutoranda e vendo tantos colegas se sentindo inseguros e impotentes frente aos desafios da vida acadêmica, me pergunto se as coisas não seriam mais leves se nos permitíssemos revelar aos demais os caminhos que nos levaram a determinadas conclusões. Estes são feitos não apenas de horas solitárias de estudo, mas também de observações do mundo pela janela do ônibus, de inquietações, muitas vezes pessoais, e do confronto dessas questões com outros atores e territorialidades. É preciso considerar que “os dados de pesquisa não são apenas ‘observados’, eles se revelam não ao pesquisador, mas no pesquisador, aquele ‘resíduo’ incompreensível, mas potencialmente significativo” (Peirano, 1995: 7). Como dito por Beaud e Weber (2007), as questões que temos vontade de colocar para a sociedade são também aquelas que colocamos a nós mesmos. Talvez por isso eu tenha precisado fazer o caminho de volta até o morro da minha infância, na Garganta do Diabo, para olhar mais de perto a Cidade de Deus.

O pé na bunda

Nas relações construídas em torno do jornal havia uma diferenciação que, embora pudesse parecer tácita, na prática era bem marcada: de um lado tínhamos os produtores de conteúdo legitimados por sua condição de moradores da Cidade de Deus, de outro, havia o grupo que representava a universidade, legitimada por seu caráter “técnico” e institucional, entendida naquele contexto como agente externo. De um lado, os moradores buscavam enfatizar sua legitimidade por serem da favela, de outro, as estudantes tentavam não interferir demais no jornal, afirmando que o protagonismo era e deveria ser dos moradores.

A dicotomia entre favela e universidade como lugares de vinculação e identificação era produtora de fronteiras definidoras dos papéis desempenhados no jornal, o que tinha suas nuances. Por exemplo, o projeto de extensão já teve uma bolsista que vivia também na Cidade de Deus, ocupando uma posição menos fácil de delinear: ora a reconheciam como universidade, ora como moradora. Questões como essa evidenciavam que não seria possível refletir sobre o jornal sem pensá-lo de modo relacional, pois categorias excessivamente fixistas não dariam conta de sua complexidade. Sendo o jornal historicamente constituído a partir de um emaranhado entre aqueles considerados “de fora” e os “de dentro” e havendo mais de 6 anos de intensa relação entre eles, suas fronteiras eram muitas vezes tênues, emergindo mais fortemente em situações de conflito, que foram discutidas detalhadamente em minha dissertação (Melo, 2017).

Uma dessas situações ocorreu em uma reunião de confraternização em fins de 2015. Esse encontro aconteceu na Cidade de Deus, na casa de uma das integrantes do jornal, em clima de festa de final de ano, ao redor de uma farta mesa de café da manhã. Naquele ano, o jornal tinha ganhado dois jovens membros, uma moça e um rapaz, ambos moradores da Cidade de Deus. Era um momento de descontração e eu estava distraída conversando em paralelo com alguém, quando notei que as atenções se voltaram para uma provocação trazida pelo rapaz recém-chegado ao jornal: “A notícia é por quem vive ou por quem mora?”, ele perguntou. Peguei a conversa andando e fui tentando me inteirar. Aos poucos todos estavam em torno daquela questão.

Os moradores mais antigos se entreolharam, titubeantes. Um deles respondeu: “que eu saiba não tem nenhuma proibição no estatuto”¹¹. O grupo começou, então, a refletir sobre o tema, entre silêncios e cochichos. O provocador da questão revelou sua opinião com um exemplo, declarando que não via problema em uma participante do projeto de extensão produzir conteúdo para *A notícia por quem vive*, pois ainda que não morasse na Cidade de Deus, haveria, para ele, uma vivência do local a partir da experiência no jornal. Alguns pareciam concordar, outros seguiam hesitantes. Depois de ouvir calada aos demais, uma das moradoras, que esteve na fundação do jornal em 2010, afirmou: “a academia tem que saber seu lugar entre pesquisador e membro”. Ela defendeu seu argumento, pareceu convencer a maioria, o debate arrefeceu e seguimos para a troca de presentes de amigo oculto.

A partir desse momento, a demarcação de determinados lugares começou a aparecer com mais força que o habitual nas reuniões. Numa discussão sobre uma edição, por exemplo, que foi impressa com o subtítulo errado em uma matéria e que todos estavam se mobilizando para tentar resolver, uma das moradoras afirmou categoricamente: “o jornal não é do Soltec, é da comunidade. Então, a gente assume os erros”. Essa lembrança cada vez mais constante do lugar da universidade denota que talvez os limites entre um grupo e outro não estivessem tão claros como se supunha até então. É o que também evidencia o trecho a seguir de autorreflexões expressas por uma das pesquisadoras em seu diário de campo e depois compartilhadas em sua dissertação de mestrado:

Até que ponto nos deixamos envolver com o jornal? -e isso necessariamente deve ser avaliado como negativo? Será que o fato de querermos primar pela autonomia deles e controlar nossos anseios, por ser algo tão difícil de ser feito, acaba se transformando em um mascaramento de nossa interferência e não em uma real diminuição dela? Talvez a nossa influência na opinião deles fosse a mesma, em termos concretos, se nós déssemos nossa opinião de forma claramente tendenciosa, como “militantes” e não pesquisadores. Talvez até tivéssemos menos influência que temos hoje se fizéssemos isso, porque eles iriam desconfiar mais de uma opinião de um militante do que de uma “orientação de um acadêmico”: o famoso “argumento de autoridade”. Bom, por outro lado, mesmo se nós atuássemos assumidamente como militantes, ainda assim não deixaríamos de ter esse argumento de autoridade porque ainda por cima também estaríamos dentro da universidade (Pereira, 2015: 63)

¹¹ O “estatuto” ao qual ele se referia era o também chamado “regimento interno”, onde estavam formalmente declaradas as regras, intenções, motivações, entre outras informações relacionadas ao jornal. O documento foi escrito em 2011 pelas integrantes do Soltec a partir de reuniões que buscavam sistematizar princípios do veículo. Ao fim do processo, foi realizada uma revisão coletiva com os moradores membros do jornal que, depois de sugerirem algumas mudanças, aprovaram e assinaram o documento.

Os receios da estudante quanto à legitimidade de um envolvimento ou interferência do Soltec no jornal revelam um conflito entre os lugares de militante e pesquisadora e o paradoxo de se sentir parte de uma experiência ao mesmo tempo em que era tida como externa à ela. Em outro momento, a mesma estudante disse: “me deixei envolver demais emocionalmente com a causa [o jornal], mas foi importante para mim enquanto pessoa, estudante, profissional, carioca suburbana, comunicadora de esquerda”. E aqui temos uma diferença fundamental entre a antropologia e a pesquisa-ação. Para a primeira, “a noção de que existe um envolvimento inevitável com o objeto de estudo e de que isso não constitui um defeito ou imperfeição já foi clara e precisamente enunciada” (Velho, 1980: 123) em diversos debates ao longo da história da disciplina. Embora a pesquisa-ação também compreenda e incorpore essa perspectiva, falamos de um outro tipo de envolvimento que, não por acaso, provocou tantas crises na estudante do depoimento acima.

Está em questão não apenas aquele envolvimento construído depois de um longo tempo de convívio a partir da observação participante e do trabalho de campo, mas principalmente os limites e possibilidades de intervenção direta neste campo. Enquanto a antropologia está mais preocupada em observar e analisar os fenômenos na forma como eles se dão, a pesquisa-ação tende a ter uma influência mais incisiva no universo estudado. E no caso do jornal, esse foi um ponto decisivo para o rompimento entre os atores envolvidos com a experiência.

Esse processo se deu em um momento em que a função do grupo universitário deixava de ser tão clara ali desde a entrada de uma moradora da Cidade de Deus que passou a ser responsável pela parte de diagramação. Mas o estopim foi a candidatura do Soltec a um edital da universidade para a realização de uma segunda edição do curso de comunicação comunitária, aquele que em 2010 deu origem ao jornal e ao aprofundamento da relação entre o grupo de moradores e o da universidade. Em 2016 também um curso marcaria a história do jornal, mas dessa vez como encerramento de um ciclo.

Como o grupo de moradores já vinha considerando a realização de oficinas de comunicação com a finalidade de conquistar mais integrantes para o jornal, pensamos que um curso seria uma forma de unirmos esforços para uma realização conjunta. Foi, então, apresentada em linhas gerais a ideia em uma reunião presencial, em meio a outras pautas e informes. Sendo período de férias, parte importante do processo se deu pela internet.

Em fevereiro de 2016, uma primeira versão do projeto foi enviada ao grupo de moradores por email junto com um pedido de carta de apoio, que deveria ser anexada no ato da inscrição. Posteriormente, em uma reunião presencial, foi deixada uma versão impressa do projeto, que foi discutida superficialmente em meio ao empacotamento de jornais para distribuição. Como a carta de apoio havia sido assinada, junto a outras papeladas corriqueiras para renovação de projeto já existente, e como não houve questionamentos sobre o curso, a proposta foi enviada no prazo informado por email. Diante da aprovação pela UFRJ, o assunto foi previamente incluído na pauta de discussão daquela que seria a penúltima reunião do Soltec com o grupo de moradores, em abril de 2016.

A reunião desta manhã estava cheia, tomamos café juntos, senti um clima diferente quando cheguei, uma recepção menos calorosa, mas tudo seguiu de forma habitual, até surgir o tema do curso de extensão. Ao entrar neste ponto, os moradores reagiram de forma bastante negativa, como se não tivessem sido informados do projeto. Uma delas afirmou: “Vocês estão sendo contraditórios com o que vocês mesmo ensinaram”. Ela se referia ao fato de o Soltec pautar sempre uma construção coletiva e horizontal, mas chegar ali com um projeto pronto, já aprovado, que, na concepção dela, não teve participação do grupo de moradores.

Os demais demonstravam não saber da existência do projeto e uma outra moradora chegou a dizer que estava se sentindo traída diante da situação. Num dado momento, a bolsista do Soltec que também era moradora da Cidade de Deus começou a chorar afirmando estar envergonhada e concordando com os demais moradores que o processo não foi conduzido da melhor maneira. Diante da reação dela, uma das moradoras que participou da criação do jornal disse: “hoje você foi mais comunidade do que Soltec”. Aqui mais uma vez temos a questão da produção de localidade (Appadurai, 1996), pois o que fez a estudante ser “mais comunidade” naquele momento não era o fato de ela ser moradora apenas, porque isso ela já era, mas justamente a capacidade que ela demonstrou, como moradora, de se conectar com os sentimentos daquele grupo, sendo a partir daí reconhecida como “igual”.

O que estava em questão nas falas dos moradores era uma decepção com o Soltec, que sempre se propôs a ser participativo, que “treinaram a gente pra pensar”, chegando “certo”, nos termos deles, mas agora estaria subestimando o grupo e sendo contraditório com sua própria proposta. Essa situação trouxe um novo dilema entre o lugar da antropologia e da pesquisa-ação. Sendo algo que me afetava diretamente, em termos

peçoais e profissionais, assumi uma postura defensiva em um primeiro momento. Expliquei que havia flexibilidade para mudanças no projeto, que os pontos escritos eram uma formalidade para garantirmos recursos, mas que, na prática, muita coisa poderia ser reformulada, como de fato foi, já que o curso foi realizado em outra favela, na Maré. Lembrei também, junto à outra integrante do Soltec, que a proposta havia sido apresentada, pelo menos duas vezes, e que tínhamos registro disso no grupo de e-mail do jornal.

Apenas depois de acalmados os ânimos pudemos fazer uma outra reunião, após cerca de um mês, quando surgiu por parte de uma moradora mais jovem, em tom irônico, quase como brincadeira, a frase “acho que vocês sentiram que tomaram um pé na bunda”, que encerra meu diário de campo e o projeto de extensão do Soltec na Cidade de Deus. Apesar disso, o encontro transcorreu em clima conciliativo, com ambos os lados manifestando sentimentos de gratidão e todos abraçados sorridentes ao final em uma foto que selou o fim de uma jornada de mais de 6 anos. Um ano depois, em meados de 2017, compartilhei com os moradores minha dissertação e os convidei para minha defesa. O trabalho foi bem recebido, uma das moradoras contou ter lido e achado “muito interessante”, disse também, por email:

Boa noite Renatinha. Parabéns, repassarei para o grupo. Li a monografia e achei muito interessante. O sentir é algo individual e nós também sentimos, de outra forma o que frizou "pé na bunda", sentimos muito a nossa decisão de seguir aprendendo. e muito mais com a perda da Cilene que tinha o desejo na alma da valorização de protagonismo e tendo que lidar com a violência. Não é fácil crescer, amadurecer, mas como saber se não o fizer? Estamos aprendendo. Hoje temos criança escrevendo no Jornal, professor da Escola Augusto Magne, crianças que ao nos encontrar gritam CDD VIVE. Tudo graças a todo o processo ao qual somos gratos (Valéria, integrante do jornal *A notícia por quem vive*, 2017).

A situação também foi experimentada como aprendizado do lado de cá, levando a uma autocrítica de que o processo de construção e de comunicação sobre o projeto do curso, que foi estopim do conflito, não se deu de forma ideal. Não é difícil reconhecer isso se retomarmos a sequência, já descrita aqui, dos acontecimentos que levaram ao desentendimento. Inevitavelmente, todo o processo foi bastante doloroso e difícil para mim, sendo preciso tempo e distanciamento para reflexão e amadurecimento de certas questões. “Senti a ‘fossa’ que o pé na bunda dado pelos moradores causou” (Melo, 2017: 15), como escrevi na minha dissertação concluída há mais 4 anos. Não por acaso, apenas agora, em 2021, me dediquei a escrever este artigo, tratando especificamente dos

processos de ruptura em torno do jornal. Já escrevi diversos textos, abordando outros aspectos do jornal, mas sem nunca me deter no rompimento em si.

Algo fundamental para o aprofundamento em reflexões sobre o fim do projeto universitário envolvido com *A notícia por quem vive* foi a compreensão de que o mais importante a discutir não eram os detalhes do conflito em si, em busca de suas vítimas e culpados. O mais interessante é refletir sobre como o episódio representou a eclosão, a verbalização de uma relação que desde sua concepção foi tensionada pela diferença: do “branquelo” encarado pelos “negões”, do grupo de moradores em contraposição ao grupo de pesquisadoras. Parece, portanto, mais produtivo refletir sobre os significados e aprendizados que o rompimento entre eles pode trazer.

O primeiro e mais óbvio deles é que o jornal precisava seguir sem o grupo universitário, pois para eles isso era importante, uma forma de se fortalecerem entre eles como moradores de favela. Era preciso, então, não só respeitar isso como também levá-los a sério nessa proposição e levar os outros a sério, na perspectiva proposta por Tim Ingold (2019), significa estar disposto a aprender com esses “outros”. Para tanto, não basta apenas atentar para o que eles fazem e dizem, mas “encarar os desafios que eles colocam às nossas concepções sobre como as coisas são, o tipo de mundo em que vivemos e como nos relacionamos com ele” (Ingold, 2019:14).

Isso não significa necessariamente concordar com eles ou presumir que eles estão certos e nós errados. E talvez a categoria *eles* nem faça tanto sentido no caso aqui analisado, porque, antes de tudo, era preciso *nos* levar a sério, nos entendendo como parte daquele processo, pois como sempre pontuado por integrantes do Soltec, um projeto bem-sucedido seria justamente aquele capaz de seguir de forma independente. Quanto menos necessária fosse a assessoria, melhor teria sido o trabalho realizado, pois a ideia primordial era estimular a autonomia, a possibilidade de autogestão. Era chegado, então, o momento de deixar os moradores caminharem “com suas próprias pernas”, como os próprios disseram.

Outro ponto foi perceber como o conflito em torno da afirmação de determinados lugares de enunciação de fala agia como força produtora de identidades a partir do confronto entre espaços de referência há muito enfatizados como diferentes, a favela X universidade, o dentro X fora. Dado que uma série de tensionamentos a partir da contraposição entre universidade e favela já vinham se desenrolando, a ruptura parece não ter sido causada apenas por um episódio isolado, mas sim consequência de um

processo mais amplo. Este permitiu não apenas um rompimento com o Soltec, mas com muito do que a ideia de universidade representava para aquele grupo de moradores: um espaço de superioridade e de saberes mais legitimados em contraste com a favela, constantemente invalidada, estigmatizada. Romper com o Soltec ali era romper também com essa lógica, expressando um sentimento de superação, verbalizado em frases como: “A gente sabe também, a gente não quer só receber, a gente não é o coitadinho mais, a gente já tá em outra fase”.

Diante disso, não podemos deixar de considerar o peso de representar uma universidade pública em áreas socialmente marcadas por processos de precarização. Falamos de um tipo de instituição constituída historicamente por relações de poder que se manifestam em dimensões materiais e simbólicas, em formas de distinção social (Bourdieu, 2007), ainda que seus expoentes sejam oriundos de lugares menos privilegiados, como acontecia no caso de algumas das estudantes integrantes do projeto de extensão. Como lidar com isso a fim de partilhar do conhecimento que produzimos com setores mais amplos da sociedade e com os próprios sujeitos ou grupos pesquisados?

Certamente será preciso uma reinvenção da ideia de universidade e dos valores associados a ela, o que tem se colocado cada vez mais como um desafio. Em um contexto de grave ataque às ciências, em especial às humanas, temos que ser criativos para construirmos formas de defender a legitimidade da universidade como espaço de produção de conhecimento sem, contudo, renunciar ao reconhecimento de outros espaços, também legítimos. Para tanto, a tríade ensino, pesquisa e extensão como tripé de uma universidade viva e articulada com os mais diversos setores da sociedade é algo fundamental.

Por fim, o caso do jornal aponta também para o risco de certas mobilizações das identidades envolverem “reivindicações essencialistas no que concerne ao pertencimento a determinado grupo” (Pêpe e Santos, 2013: 11). E o termo identidade não é aqui utilizado fortuitamente. Como analisado em minha dissertação (Melo, 2017), a ideia de comunicação comunitária no jornal *A notícia por quem vive* era frequentemente associada a uma forma de produzir e reafirmar uma determinada “identidade”, sendo este termo comumente mobilizado para afirmação de uma identidade “favelada”. Seja como expressão “nativa” ou como conceito acadêmico, identidade é um termo do qual tem sido difícil escapar, pois:

Na prática, ele se mantém tanto na literatura quanto no discurso político, seja no discurso nacionalista oficial essencialista voltado para afirmação da nação, seja nos discursos de grupos que buscam se fortalecer em seus contextos sociais locais e dialogando com os contextos planetários (Pêpe e Santos, 2013: 18).

A afirmação de identidades a partir de noções dicotômicas, como a ideia de favela e universidade, pode, sem dúvidas, ser parte de um processo importante de fortalecimento de grupos como o jornal. Mas também pode ser limitante das possibilidades de trocas, apoio mútuo e aprofundamento da relação entre diferentes atores, colocando muitas vezes em lugares estanques sujeitos cujas identidades são marcadas por uma enorme complexidade e variedade de referências e atravessamentos. Ser universitário ou “favelado” poderá significar diferentes coisas em diferentes contextos, por isso a importância de um olhar relacional, situacional sobre o tema. A compreensão das identidades e limites de grupo como ambíguas e permeáveis é um desafio que tem se colocado não apenas para a academia como também para os movimentos sociais e atores engajados nas mais diversas mobilizações políticas.

Considerações finais

Neste artigo foi apresentado um relato etnográfico a partir do qual podem ser traçadas conexões com o exercício da antropologia pública e sobre a relação desta com as noções de extensão e pesquisa-ação. Nele refleti sobre uma experiência de participação e ação social que se deu em torno de *A notícia por quem vive*. Este jornal reuniu por mais de 6 anos um grupo de moradores de uma das mais famosas favelas brasileiras, a Cidade de Deus, e um grupo de estudantes/pesquisadoras de uma das mais importantes universidades públicas do país, a UFRJ. Essa longa trajetória apontou em seus diferentes momentos para alguns dos limites e potencialidades das relações entre universidade e outros setores mais amplos da sociedade civil.

Dentre os limites, há uma questão central que diz respeito à forma como antropólogos, entre outros representantes da universidade, podem vir a ser recebidos em contextos marcados por processos de desigualdade social, algo que não é novidade nem nas favelas cariocas, nem em outros espaços de pesquisa, de modo geral. Desde a década de 1990, como já analisado por Alcoff (1991), a ideia de falar por ou sobre um “outro”

tem provocado um mal-estar crescente entre ativistas e na academia, sendo uma postura rejeitada em diversos espaços. Segundo a autora, a ideia de que há um problema no ato de falar pelo ou sobre um grupo do qual não se faz parte tem relação com a premissa de que o lugar de onde se fala impacta diretamente no conteúdo e na verdade do que se diz. A localização social do falante acaba tendo, portanto, um impacto significativo em suas alegações, podendo ser utilizada tanto para autorizar quanto para desautorizar seu discurso. Essa tem sido uma ideia bastante mobilizada atualmente em debates que trazem muito enfaticamente a noção de “lugar de fala”, o que tem influenciado decisivamente em diversos posicionamentos e pautas políticas, nos chamados “cancelamentos” e, conseqüentemente, nas relações entre universidade e movimentos sociais ou atores engajados em algum desses movimentos.

Como questiona Alcoff (1991), quão específica precisa ser uma identidade para a ela ser conferida autoridade? No caso de *A notícia por quem vive*, a legitimidade de fala no jornal passava por ser morador da Cidade de Deus, o que foi parte de um importante processo de fortalecimento pessoal de sujeitos marcados pelo estigma de *favelado*. Ao mesmo tempo, foi também uma questão provocadora de conflitos e da afirmação de identidades a partir do confronto da diferença (Pêpe e Santos, 2013), o que, somado a outras circunstâncias descritas no artigo, culminaram num encerramento um tanto quanto conturbado de um projeto de extensão.

A história do jornal, desde a resistência ao pesquisador “branquelo” até o “pé na bunda”, é reveladora de desafios que têm se colocado atualmente para a universidade, apontando que é preciso repensar formas de aproximação, de pactuação e de desenvolvimento de trabalhos com grupos que pretendemos estudar. Apontam também para alguns dos dilemas que podem emergir em pesquisas que envolvem um tipo de participação ou colaboração direta. Como analisar algo em que estamos diretamente envolvidos? Quais os limites entre o pesquisador e o ativista em campo? Perspectivas interdisciplinares parecem ser um caminho para a reflexão sobre essas questões.

Na experiência de *A notícia por quem vive*, vimos como a pesquisa-ação em articulação com a antropologia foi provocadora de uma das grandes potencialidades de um projeto de extensão universitária: o encontro e o diálogo entre realidades distintas que permitem olhar não apenas para o outro, mas também para si, dando lugar a reflexões sobre a cidade e sobre as múltiplas identidades que a habitam. Falamos de perspectivas

teórico- metodológicas que podem ser mais ou menos estratégicas e necessárias, a depender da situação, cada uma trazendo consigo desafios e potencialidades diferentes.

No caso aqui analisado, a pesquisa-ação foi fundamental para a própria existência do jornal e para a construção de relações de confiança e de troca entre os participantes ao longo de mais de 6 anos. Ao mesmo tempo, a antropologia contribuiu muito para que eu, como pesquisadora, fosse capaz de colocar em perspectiva noções de proximidade e distanciamento para então me aprofundar na reflexão sobre uma experiência da qual fiz parte por anos e que foi central em minha trajetória como estudante e na formação de todos os envolvidos com o projeto. A chave parece estar no cultivo das relações que, como revela o caso do jornal, produzem mais que saberes, mas também afetos capazes de ressignificar mesmo as mais doloridas rupturas.

REFERÊNCIAS

ALCOFF, Martín Linda. The Problem of Speaking for Others. *Cultural Critique*. No 20, Winter 1991-1992, pp. 5-32.

APPADURAI, Arjun. The production of locality. In: *Modernity at large: cultural dimensions of globalization*. Vol. 1. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BENTES, Ivana. O copyright da miséria e os discursos sobre a exclusão. *Cinemais (Revista de Cinema e Outras Questões Audiovisuais- n.o 33- Cinema de Poesia)*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2003.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. *Guia para pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos*. Petrópolis: Vozes, 2007.

BOROFSKY, Robert; DE LAURI, Antonio. “Public Anthropology in Changing Times”. *Public Anthropologist*, 1: 3-19, 2019.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp/Zouk, 2007.

BRAGA, Raquel Willadino; ANSEL, Thiago Araujo; MOISÉS, Raika Julie. *Direito à comunicação e justiça racial –Rio de Janeiro: Observatório de Favelas*, 2014.

CAVALCANTI, Mariana. “Do barraco à casa: tempo, espaço e valor(es) em uma favela consolidada”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 24, no 69, 2009.

CORRÊA, Diogo. *Anjos de Fuzil: uma etnografia das relações entre Igreja e tráfico na Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia (IESP), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 18. ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz&terra, 2017.

FORPROEX - Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. 2012, Manaus. Política Nacional de Extensão Universitária.

IETS. 2010. “Pesquisa nas Favelas com Unidades de Polícia Pacificadora da Cidade do Rio de Janeiro. — Resultado Consolidado.” Instituto de Estudos de Trabalho e Sociedade.

INGOLD, Tim. “Sobre levar os outros a sério”. In: _____. *Antropologia – Para que serve?* Tradução de Beatriz Silveira Castro Filgueiras. Petrópolis: Vozes, 2019. pp. 7-19.

MAGNANI, J. “De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 17 (49), jun., São Paulo, 2002.

MELO, Renata da Silva. *A notícia por quem vive: Um olhar antropológico sobre a comunicação comunitária a partir de uma experiência da Cidade de Deus*. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) -Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

O'DONNELL, Julia. *A invenção de Copacabana. Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro*. Editora Zahar: 2013.

ORTNER, Sherry. Subjetividade e crítica cultural. *Horizontes Antropológicos*, ano 13, n.28, p. 375-405, jul./dez. 2007.

NARAYAN, Kirin. "How Native Is a 'Native' Anthropologist?". *American Anthropologist*. Vol. 95, no 3, 1993, p. 671-686.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1995.

PÊPE, Suzane Pinho, SANTOS, Paula Odilon. Tendências conceituais acerca das identidades na contemporaneidade. In: *Revista Trías*, ano III, nº 6, janeiro a julho de 2013.

PEREIRA, Camille Costa Perissé. *Comunicação que sobrevive: a busca de nutrientes para uma mídia autogerida por moradores da Cidade de Deus*. Rio de Janeiro: UFF, 2015. Dissertação-Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-ação*(14ªed.) São Paulo: Editora Cortez, 2005.

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

VELHO, Gilberto. "Observando o familiar". In: _____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1980.

ZALUAR, Alba. *A máquina e a revolta: as organizações populares e o significado da pobreza*. Brasiliense, 2ª ed. 1994.

ZALUAR, Alba. Cidade de Deus e condomínio do diabo. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 25, 2007.

Recebido: 22/01/2021

Aprovado: 03/03/2021